

O Pós-11 de Setembro e os Fundamentalismos Pós-Modernos

TEXTES DE RÉFÉRENCE

O Pós-11 de Setembro e os Fundamentalismos Pós-Modernos

Cesario Melantonio Neto



Académie
de la Latinité

Rio de Janeiro, 2003

© Cesario Melantonio Neto
Brésil, 2003

Académie de la latinité — Siège Amérique latine
Secrétariat général

Rua da Assembléia, 10, 42^o andar, Centro, Rio de Janeiro

Tel.: 55.21.531-2310, Fax: 55.21.533-4782

Page WEB: www.alati.org

E-mail: alati@alati.org

Secrétariat exécutif à Paris

25 rue Château Landon 75010 Paris. Tél./Fax: 33.1.40.35.08.20

E-mail: nelson.vallejo-gomez@wanadoo.fr

Pude verificar que, no contexto de uma luta global contra um terrorismo ancorado no fundamentalismo islâmico, os países ocidentais (muito especialmente os Estados Unidos) terão de assumir e resolver adequadamente seu próprio dilema com relação ao mundo islâmico e ao Estado de Israel. Esse dilema é particularmente difícil de enfrentar e de entender, pelo alto grau de discordância da política ocidental com as regras da *política* das sociedades islâmicas.

O islamismo é uma religião que não abre espaço nem contempla a realização de um projeto político particular. Por assim dizer, a sociedade islâmica se concentra muito mais em valores simbólicos do que em aspectos concretos da realidade. A rigor, devemos nos perguntar até que ponto o islamismo permite a constituição eficiente de algum tipo de Estado como os que se conhecem no mundo ocidental.

Um claro exemplo dessas dificuldades se apresenta aos Estados ocidentais quando, no momento da ocupação de territórios de população muçulmana (nesse sentido, o caso da Palestina por Israel não é uma exceção em particular em relação a qualquer outra ocupação anterior de países islâmicos por parte de potências ocidentais), são surpreendidos pelo fato de ser praticamente impossível obrigar os muçulmanos

a obedecer às regras ditadas por autoridades não-islâmicas por meio da violência. Seja dito também que essa condição *apolítica* dos muçulmanos facilita enormemente o crescimento das conversões nos países mais desenvolvidos do Ocidente. Portanto, uma resolução adequada desse dilema obriga a um esforço de compreensão, por parte dos países ocidentais, dessa especificidade da política nas sociedades islâmicas. Especificidade que obriga a um relacionamento fundado não exclusivamente em acordo sobre as tradicionais questões políticas e econômicas, mas também em acordo sobre questões simbólicas extrapolíticas de importância particular.

Nesse sentido, não parece existir uma questão de maior importância simbólica, incrustada no meio do terrorismo global contemporâneo, do que o problema palestino. Para os palestinos, seus problemas com Israel (incluindo a questão de Jerusalém) podem ser considerados problemas bem concretos. Mas acontece que essas questões têm uma carga simbólica imensa no mundo islâmico atual que não é fácil de perceber da perspectiva dos países ocidentais. Não se trata obviamente de mudar o caráter estratégico da aliança entre os Estados Unidos e Israel na região. Mas sim de os Estados Unidos repensarem sua política tradicional de apoiar incondicionalmente o Estado de Israel.

Às já mencionadas dificuldades para entender o islamismo no mundo ocidental, devemos, nesse caso, acrescentar as dificuldades que os Estados Unidos têm para definir uma política externa mais ou menos isenta em relação a Israel frente ao poderoso peso político do *lobby* judaico norte-americano.

A partir do impacto dos atos de terrorismo de 11 de setembro de 2001 no sistema internacional, pode-se temer, portanto, uma rápida expansão do fundamentalismo islâmico, mesmo que ele continue sendo uma minoria no conjunto dos mais de um bilhão de adeptos da religião islâmica. O fundamentalismo islâmico tem crescido no último quarto do século 20 devido à expansão do capitalismo e da democracia no mundo (o setor do islamismo mais conectado com as origens medievais sente-se extremamente ameaçado pelo liberalismo), ao apoio de potências ocidentais a regimes economicamente conservadores e corruptos no mundo árabe, ao apoio incondicional dos Estados Unidos ao Estado de Israel, à revolução islâmica do Irã em 1979 e à presença ostensiva de vasto contingente de forças armadas norte-americanas na região do Golfo Pérsico desde 1990.

Segundo a percepção de meus colegas islâmicos, é provável que as questões vinculadas à pobreza das populações excluídas da economia globalizada fiquem marginalizadas da agenda global durante um primeiro período da guerra antiterrorista. Mas, à medida que exista um progresso significativo da segurança global (redução drástica do terrorismo e diminuição dos crimes), a questão da globalização será recolocada.

De modo geral, podemos dizer que a ameaça do terrorismo poderá fazer com que o G-8 priorize a governabilidade em detrimento de suas preocupações humanitárias e culturais com os países periféricos. Nesse sentido, parece inevitável pensar que a luta contra o terrorismo se associará, em um primeiro momento, com o avanço e a extensão político-militar do Ocidente. No fundo, a forte presença do isla-

mesmo na conjuntura internacional prova que o problema da governabilidade é uma questão muito complexa vinculada estreitamente à convivência entre as várias culturas existentes no planeta, conforme insiste o Presidente Khatami em seus escritos e discursos.

A nova situação obrigará muitos atores a revisarem ou se confrontarem com as conseqüências de atos inspirados nos remanescentes ideológicos do totalitarismo, que ruiu com o fim do bloco comunista. Que ainda existem esses remanescentes fica comprovado pela ambigüidade demonstrada por setores importantes da sociedade civil islâmica de numerosos países da comunidade internacional. Enquanto, por um lado, os governos da maioria desses países expressaram uma clara condenação dos atos de terrorismo (seja por convicção ou por conveniência) e se alinharam na luta contra o terrorismo, por outro, vemos que a sociedade civil desses mesmos países muitas vezes ficou aquém de seus governos. No caso de tratar-se apenas de países islâmicos, esse fenômeno parece compreensível, mas chama a atenção que setores importantes da população de países não-islâmicos perderam menos tempo e espaço em suas declarações em condenar os atentados e pedir o castigo dos culpados do que em justificar os acontecimentos a partir das injustiças cometidas pelo mundo afora por parte dos Estados Unidos.

Essa conduta pode ser explicada, em parte, pelo estendido sentimento antiestadunidense que existia antes do 11 de setembro. Mas a rapidez com que esses setores passaram por cima dos atos terroristas para, a seguir, culpar a própria vítima pelo castigo recebido parece denotar a presença de algo mais que um simples sentimento contra os Estados

Unidos. Esse sentimento pode ser considerado óbvio nos países islâmicos em função da identificação histórica dos Estados Unidos com Israel. Mas não é tão óbvio quando acontece em países emergentes do mundo ocidental.